

<u>Acórdãos STA</u>	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	01181/09
Data do Acórdão:	18-02-2010
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	DULCE NETO
Descritores:	RECURSO JUDICIAL PROCESSO CONTRA-ORDENAÇÃO FISCAL PRAZO
Sumário:	I - O prazo de 20 dias para a interposição de recurso judicial da decisão administrativa de aplicação de coima, previsto no artigo 80.º do RGIT, conta-se a partir da data de notificação dessa decisão, e não a contar do termo do prazo para pagamento voluntário da coima.

Nº Convencional:	JSTA000P11489
Nº do Documento:	SA22010021801181
Recorrente:	A...
Recorrido 1:	FAZENDA PÚBLICA
Votação:	UNANIMIDADE

Aditamento:	
-------------	--

▼ **Texto Integral**

Texto Integral:	<p><b>Acordam na Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo:</b></p> <p><b>1.</b> A A..., LDA. recorre para este Supremo Tribunal do despacho proferido pela Mmª Juíza do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, de não admissão (por extemporaneidade) do recurso judicial que interpôs da decisão administrativa de aplicação de coima no processo de contra-ordenação n.º 2399200706001165. Rematou as alegações de recurso com as seguintes conclusões:</p> <p>1. A Recorrente foi, em 6/9/2007, notificada pela Direcção Geral de Impostos, Serviço de Finanças de Mesão Frio, da decisão de aplicação da coima no processo de contra-ordenação n.º 2399200706001165.</p> <p>2. Da mesma notificação consta, no seu n.º 2, que a Recorrente tem o prazo de 15 dias para proceder ao pagamento voluntário da coima.</p>
-----------------	--

3. No seu n.º 3, consta que, após decorrido o prazo anterior sem que tenha efectuado o pagamento voluntário poderá no prazo de 20 dias a **contar do termo do prazo referido no ponto anterior** (n.º 2) recorrer judicialmente.

4. Ora, o que a Recorrente fez foi respeitar os prazos referidos na notificação da Direcção Geral de Impostos, Serviço de Finanças de Mesão Frio;

5. Primeiro, deixou decorrer o prazo de pagamento voluntário de 15 dias, e logo após o terminus desse prazo, começou a contar o prazo de 20 dias para recurso, que terminou precisamente no dia 11 de Outubro de 2007.

6. Data esta em que a Recorrente apresentou o recurso.

7. Sobre estes prazos o Regime Geral das Infracções Tributárias é claro.

8. O art. 78.º do RGIT diz, no seu n.º 2, “fixada a coima pela entidade competente, o arguido é notificado para pagar voluntariamente no prazo de 15 dias, sob pena de perder o direito à redução previsto no número anterior”.

9. O art. 80º, n.º 1, diz que o prazo de recurso das decisões de aplicação das coimas é de 20 dias.

10. Acontece que o Magistrado Judicial, ao decidir no despacho do qual se recorre, que o recurso é extemporâneo, não teve em conta o prazo de 15 dias, fixada a coima, para o pagamento voluntário da mesma, conforme o art. 78º n.º 2 prescreve e como a própria notificação do Serviço de Finanças defende.

Nestes termos e nos melhores de direito que V. Ex.ªs doutamente suprirão, deverá ser revogada a decisão judicial de 1ª instância como é são Justiça.

**1.2.** O Exm.º Magistrado do Ministério Público apresentou contra-alegações para sustentar a manutenção do julgado, que rematou com o seguinte quadro conclusivo:

1. Tendo a arguida sido regularmente notificada em 07/09/07, forçoso é concluir que o prazo de 20 dias fixado no art. 80º, n.º 1, do RGIT para interpor recurso terminou em 04/10/07.

2. Pelo que, tendo entrado o recurso judicial da arguida em 11/10/07 inarredável é a conclusão de que entrou fora de prazo.

3. Por isso, não podia deixar de ser julgado extemporâneo.

4. A decisão recorrida interpretou, pois, correctamente os dispositivos legais aplicáveis, pelo que, deve manter-se, julgando-se improcedente o recurso interposto, assim se fazendo JUSTIÇA

**1.3.** O Exmo. Procurador-Geral-Adjunto junto deste

Tribunal emitiu duto parecer no sentido de que devia ser negado provimento ao recurso, enunciando, para o efeito, a seguinte motivação:

«Acompanhamos a contra alegação do Ministério Público na 1.ª instância. Com efeito, estabelece o n.º 1 do artigo 80.º do RGIT que *"as decisões de aplicação das coimas e sanções acessórias podem ser objecto de recurso para o tribunal tributário de 1.ª instância, no prazo de 20 dias após a sua notificação, a apresentar no serviço tributário onde tiver sido instaurado o processo de contra-ordenação."*

A Recorrente foi notificada a 6/09/2007 de que, *"dentro do prazo referido no ponto 1 poderá, querendo, recorrer judicialmente, conforme dispõe o artigo 80.º do citado Regime Geral das Infracções Tributárias, vigorando o princípio da Proibição da Reformatio in Pejus."*

Tanto pela referência ao artigo 80.º do RGIT, como pelo próprio conteúdo da notificação, fica bastante claro que o prazo para recorrer é de 20 dias após a sua notificação e nunca após o decurso do prazo para pagamento voluntário como pretende a Recorrente.

Entendemos, por isso, que a decisão recorrida fez uma correcta interpretação e aplicação da lei.».

**1.3.** Colhidos os vistos dos Exmºs Juízes Conselheiros Adjuntos, cumpre decidir.

\* \* \*

**2.** Com relevo para a apreciação do recurso, são os seguintes os factos que importa ter presentes:

1. A recorrente foi notificada da decisão administrativa de aplicação de coima no processo de contra-ordenação fiscal n.º 2399200706001165 através de carta registada com aviso de recepção assinado em 06-09-2007 – cfr. fls. 9 verso;

2. Nessa notificação constava o seguinte:

«1- Fica notificado, de acordo com o previsto no n.º 2 do Art.º 79º do Regime Geral das Infracções Tributárias, para no prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do aviso de recepção, efectuar o pagamento da coima no referido processo (...).

2 - Fica ainda notificado, da possibilidade de efectuar o pagamento voluntário da coima no prazo de 15 dias a contar da assinatura do aviso de recepção, conforme o previsto no Art.º 78º n.º 3 do RGIT, com a redução de 25% do valor fixado no ponto 1 (...).

3 - Mais fica notificado de que, dentro do prazo referido

*no ponto 1 poderá, querendo, recorrer judicialmente, conforme dispõe o Art.º 80º do citado Regime Geral das Infracções Tributárias, vigorando o Princípio da Reformatio in Pejus.*

4 - (...)».

3. O recurso judicial apresentado pela arguida contra essa decisão foi remetido via fax em 11-10-2007 para o Serviço de Finanças de Mesão Frio – cfr. fls. 10 e seguintes.

\* \* \*

3. O inconformismo da Recorrente, integrante do objecto do presente recurso jurisdicional, reconduz-se à única questão de saber se a decisão impugnada incorreu em erro de julgamento ao não admitir o recurso judicial interposto da decisão administrativa de aplicação de coima no processo de contra-ordenação fiscal n.º

2399200706001165 com base na extemporaneidade da apresentação do respectivo requerimento.

Na verdade, a decisão recorrida, proferida a fls. 49, não admitiu esse recurso com base no entendimento de que o prazo para a sua interposição era, por força do disposto no artigo 80.º, n.º 1 do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT), de 20 dias após a notificação da decisão que aplicou a coima, prazo que embora se suspenda aos sábados, domingos e feriados, e veja transferido o seu termo para o primeiro dia útil seguinte se no último não tiver sido possível a apresentação do recurso (artigo 60.º, n.ºs 1 e 2 do Regime Geral das Contra-Ordenações), se encontrava já excedido quando foi apresentado o requerimento de interposição do recurso.

A Recorrente não se insurge contra a factualidade dada como provada no que concerne à data em que lhe foi notificada a decisão de aplicação da coima, ocorrida na data da assinatura do aviso de recepção (6/09/2007), nem contra a data em que apresentou, via fax, o requerimento de interposição de recurso (11/10/2007). O que invoca é que esse prazo de 20 dias previsto no artigo 80.º, n.º 1 do RGIT se conta a partir do termo do prazo de 15 dias concedido para o pagamento voluntário da coima, tal como, aliás, constaria da notificação dessa decisão.

Vejamos.

O artigo 80.º do RGIT estabelece, no seu n.º 1, que “*as decisões de aplicação das coimas e sanções acessórias podem ser objecto de recurso para o tribunal tributário de 1.ª instância, no prazo de 20 dias após a sua notificação, a apresentar no serviço tributário onde tiver sido*

*instaurado o processo de contra-ordenação.”*

Daí que seja inequívoco que o prazo legal de 20 dias para a interposição de recurso judicial da decisão administrativa de aplicação de coima se conta a partir da data de notificação dessa decisão, e não a contar do termo do prazo para pagamento voluntário da coima.

Por outro lado, apesar de o Recorrente vir alegar que na notificação da decisão de aplicação da coima constava que o prazo de 20 dias para a interposição do recurso (indicado no ponto n.º 3 do respectivo ofício) se contava do termo do prazo referido no ponto n.º 2, isto é, se contava do termo do prazo de 15 dias para proceder ao pagamento voluntário da coima, o certo é que, conforme facilmente se alcança da leitura do respectivo ofício, essa asserção não é verdadeira. O referido ofício é bem claro não só na indicação do prazo para a interposição do aludido recurso, como na indicação do seu termo inicial e, bem assim, na indicação do preceito legal que rege a matéria.

Na verdade, enquanto o ponto 3 desse ofício comunica ao destinatário que *«fica notificado de que, dentro do prazo referido no ponto 1 poderá, querendo, recorrer judicialmente, conforme dispõe o Art.º 80º do citado Regime Geral das Infracções Tributárias (...)»*, o ponto 1 informa-o de que *«Fica notificado, de acordo com o previsto no n.º 2 do Art.º 79º do Regime Geral das Infracções Tributárias, para no prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do aviso de recepção, efectuar o pagamento da coima no referido processo (...)»*.

Em suma, o teor da notificação efectuada não contém qualquer erro na indicação do prazo para recurso nem gera a mínima incerteza ou dúvida quanto ao seu termo inicial, razão por que não há, sequer, que evocar a tese de que o acto da parte não pode ser recusado se tiver sido praticado nos termos e prazos indicados pela secretaria em contrariedade com o legalmente estabelecido, tese cujo suporte normativo radicaria no disposto no n.º 6 do artigo 161.º do Código de Processo Civil, segundo o qual *“Os erros e omissões dos actos praticados pela secretaria judicial não podem, em caso algum, prejudicar as partes”*, e no disposto no n.º 3 do artigo 198.º do mesmo código, que estabelece que *“Se a irregularidade consistir em se ter indicado para a defesa prazo superior ao que a lei concede, deve a defesa ser admitida dentro do prazo indicado ...”*.

O recurso não pode, pois, obter provimento.

\* \* \*

Termos em que, face ao exposto, acordam os juízes da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo em negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida.

Custas a cargo do Recorrente, fixando-se a procuradoria em 1/6.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2010. - *Dulce Manuel da Conceição Neto* (relatora) - *Jorge Lino Ribeiro Alves de Sousa* - *Joaquim Casimiro Gonçalves*.